



ANDE

Associação Nacional de Dirigentes Escolares

Exmº Senhor

Presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura

Deputado Abel Baptista

Petição nº 368/XII/3ª, “Em defesa de uma educação pública de qualidade”

A Associação Nacional de Dirigentes Escolares, em cumprimento da notificação que recebeu, para se pronunciar sobre a petição supraidentificada, vem fazê-lo, nos termos e com os fundamentos seguintes;

A Associação Nacional dos Dirigentes Escolares, ANDE, como associação de dirigentes escolares, tem como principal preocupação e razão da sua existência, a defesa da escola pública, e desse modo, defende, natural e inequivocamente, algumas das questões que se encontram plasmadas nesta petição, nomeadamente a redução do número de alunos por turma, o fim das alterações avulsas no sistema, a celebração de contratos de associação com entidades externas ao Ministério da Educação e Ciência apenas para suprimir alguma insuficiência do sistema público de ensino e, como é evidente, o reforço do financiamento das escolas públicas.

A Associação Nacional dos Dirigentes Escolares, ANDE, para além de se associar à petição apresentada nos termos do número anterior, deve ainda defender que, para a generalidade das questões apresentadas na petição, a melhor resposta é um alargamento real e visível, da tão apregoada, mas pouco aprofundada, autonomia das escolas, desde o número de alunos por turma até à gestão dos recursos financeiros, passando pela elaboração dos horários dos docentes, as escolas teriam respostas muito mais adequadas aos seus contextos, se tivessem verdadeira autonomia para tomar decisões em todas essas matérias. A Associação Nacional dos Dirigentes Escolares, ANDE, está consciente que autonomia alargada implica responsabilidade acrescida e prestação de contas mais frequente e rigorosa, no entanto, encontra-se disponível para essa solução, já que entende que esse é o caminho do futuro e a melhor hipótese para emprestar cada vez mais qualidade ao sistema de ensino público.

Por outro lado, pretende-se alterar o status quo atual, reafirmando a oposição a muitas das opções e que passará por propor, a construção dum compromisso nacional, duradouro, que oriente as políticas estruturantes do sistema público de ensino,

assumido pelas forças políticas, seria o meio de proteger a escola da variação das vontades políticas, assumir, de uma vez por todas, que a desconcentração do poder de que se fala não passa pela municipalização da educação, antes pelo contrário, deve concretizar-se através da concessão da autonomia às escolas, definir as regras de financiamento da educação, financiamento público para o que é público, financiamento privado para o que é privado.

Finalmente, reorganizar, hoje, a escola pública, carece de um amplo esforço de reorganização e recuperação daquilo que se perdeu. Nomeadamente, a reautorização da função docente. Todos devem ter presente que a melhoria de desempenhos e de resultados que se persegue requer profissionais competentes e dedicados, que existem e devem ser conservados, mas que urge recompensar!

O Presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares

Manuel Pereira